

COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR DE BAIXA RENDA: O PODER DE COMPRA ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2015

Rodrigo Bruno de Araújo¹

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara²

RESUMO

Este artigo fundamenta-se em pesquisa qualitativa com objetivo de compreender os cenários de mudança nos hábitos de consumo da parcela populacional brasileira com menor rendimento entre os anos de 2010 e 2015. Os dados apresentados permitem esclarecer o cenário econômico depreciativo que lentamente afetou as famílias de baixa renda no tocante a redução do poder de compra, os desafios ao orçamento familiar frente a crescente inflação e o desemprego, ao passo que o aumento dos juros e redução do crédito destinado a um mercado consumidor que outrora experimentou hábitos de consumo tão somente restritos às camadas da população com maior renda. A pesquisa tem como propósito explicar as lacunas de informação a respeito do tema, enquanto concatena dados econômicos de forma analítica abrangendo, portanto, as mudanças no comportamento do consumidor de baixa renda.

Palavras-chave: Endividamento. Consumo. Confiança. Comportamento.

BEHAVIOR OF THE LOW INCOME CONSUMER: THE POWER OF PURCHASE BETWEEN THE YEARS OF 2010 AND 2015

ABSTRACT

This article is based on qualitative research aiming to understand the scenarios of change in the consumption habits of the Brazilian population with the

¹ Acadêmico do Curso de MBA em Gestão Estratégica de Negócios do Centro Universitário do RN
Email: rbaraujo1@gmail.com

² Professor Orientador do Curso de MBA em Gestão Estratégica de Negócios do Centro Universitário do RN
Email: anarosagsc@gmail.com

lowest income between the years 2010 and 2015. The data presented allow us to clarify the depreciative economic scenario that slowly affected the families of Low incomes in relation to the reduction of purchasing power, the challenges to the family budget in the face of rising inflation and unemployment, while the increase of interest and reduction of credit destined to a consumer market that once experienced consumption habits that were only restricted to the layers Of the population with the highest income. The research aims to clarify the information gaps regarding the subject, while it concatenates economic data in an analytical way with the purpose of clarifying the changes in the behavior of low income consumers.

Keywords: Indebtedness. Consumption. Confidence. Behavior.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo analisar o comportamento dos consumidores de baixa renda entre os anos de 2010 e 2015. Nessa pesquisa avalia-se a conjuntura econômica do Brasil no período, sob os aspectos econômicos mais relevantes, e os reflexos das variáveis socioeconômicas que afetaram a vida dos brasileiros com menor poder aquisitivo.

Após um período de forte expansão econômica e incremento da renda, às famílias de baixa renda iniciaram a segunda década do século XXI com mudanças no padrão de vida, e, conseqüentemente alterações nos hábitos e comportamentos de consumo. As mudanças no contexto econômico do Brasil a partir de 2010 refletem um cenário lentamente depreciativo para renda das famílias mais humildes, as quais começam a sentir os efeitos do aumento da inflação, desemprego e redução do poder aquisitivo, acrescido pelo aumento da inadimplência em todos os seguimentos de mercado, redução de inúmeros instrumentos de crédito os quais foram ofertados maciçamente, sem uma preparação prévia para o enfrentamento de um cenário de crise, como vivemos atualmente. Para o contexto no qual a camada da população mais humilde passa a conviver com os altos juros pulverizados na economia brasileira, e os riscos inerentes ao desemprego e inflação dos itens de primeira necessidade. A população brasileira em sua totalidade sente a deterioração das variáveis macroeconômicas entre os anos de 2010 e 2015, entretanto, os mais pobres são o mais fragilizados, com isso, portanto, os hábitos de consumo outrora

adquiridos, os quais passaram a degustar e apreciar no período de crescimento econômico são substituídos pela frustração e o medo de uma regressão no padrão de vida. Produtos e serviços, que décadas atrás estavam longe de serem consumidos pelas classes D e E, passaram a ter a sua clientela alavancada pelas melhorias nas condições sociais.

Esta pesquisa vislumbra os impactos na economia brasileira no que tange os cinco anos iniciais da segunda década imediatamente posteriores à crise econômica mundial entre os anos de 2008 e 2009, deflagrada pela crise imobiliária americana, e, os respectivos derivativos tóxicos atrelados às carteiras de crédito de baixa liquidez concedidos no financiamento hipotecário americano, o que retirou de mercados emergentes, como o brasileiro, boa parte de recursos, face ao protecionismo e redução do risco por parte dos grandes investidores internacionais. Os reflexos dessa crise mundial foram sentidos em inúmeras economias, no caso do Brasil os reflexos foram diluídos ao longo dos anos subsequentes. Portanto avaliam-se as inúmeras questões tais como a confiança do consumidor de baixa renda, o nível de endividamento, as mudanças nos hábitos de compra, o encarecimento e redução do crédito, inflação e desemprego inerentes a essa parcela dessa população.

2 ASPECTOS SOCIOECÔMICOS

2.1 Comportamento do consumidor de baixa renda

Na opinião de Solomon (2002) o comportamento do consumidor é o estudo dos processos que engloba indivíduos ou grupos quando eles selecionam, compram, consomem ou dispõem de produtos e serviços, ideias ou experiências, com objetivo de satisfazer necessidades e desejos.

Já a intensificação do consumo de forma não racional, o eleva ao aspecto compulsivo o qual é conceituado por Sheth, Mittal e Newman (2001, p. 359), como “um consumo descontrolado e obsessivo de um produto ou serviço, com frequência e em quantidades excessivas, que tende, por fim, a causar danos ao consumidor e a outras pessoas”. Tais danos envolvem os aspectos sociais, e interpessoais, ao passo que se traduzem nos desequilíbrios financeiro e familiar, os quais são potencializados quando o núcleo familiar é constituído de pessoas com baixo poder

aquisitivo, as quais não estão preparadas, e, passam a enfrentar os diversos dilemas sociais, como por exemplo o cenário de contração da economia nacional, que acarretam desemprego e o aumento da inflação de bens de primeira necessidade, dentre os quais alimentação, energia, água.

A sistemática do consumo das famílias de baixa renda, ao longo da história econômica brasileira demonstra variações em relação ao estado econômico do País.

Notadamente observa-se que os parâmetros básicos de consumo envolvem essencialmente os bens de necessidade primária, sendo a alimentação como responsável pela maior parcela da renda da família de baixa renda. Portanto, as aquisições de bens duráveis sempre figuravam uma possibilidade de melhoria nas condições de vida dessas famílias, mas que somente se tornaram acessíveis de forma massificada, através da estabilização da economia em meados dos anos noventa. Esse novo cenário econômico vivido na última década do século XX propiciou às famílias o sonho de adquirir bens, que no passado ainda recente eram extremamente restritos, já que o crédito escasso inviabilizava a aquisição à vista de tais produtos, com a estabilidade econômica tornar-se-ia possível adquirir bens como televisores, geladeiras, máquinas de lavar com o pagamento em parcelas permissivas ao orçamento doméstico, mesmo que parcelado em vinte quatro parcelas no crediário o sonho distante virou realidade em milhões de residências humildes pelo país.

A partir de 1994, com a estabilização econômica percebe-se no Brasil o embrião, do que anos seguintes se tornaria uma sociedade de consumo, não, que no passado existisse o consumo dos mais variados itens, porém estes somente eram demandados por uma parcela restrita da sociedade brasileira, enquanto a maior parte da população mantinha uma demanda por itens de primeira necessidade destinada exclusivamente a subsistência.

Portanto, uma evidência clara nos dias atuais em referência a mudança de hábitos de consumo veio com a aquisição de uma linha telefônica celular. O que outrora era considerado item de luxo possuir um telefone seja fixo ou móvel, tornar-se hoje o exemplo claro da massificação dos meios de comunicação. Adquirir uma linha telefônica fixa há duas décadas era considerado uma grande conquista social para um trabalhador de baixa renda, expressando com isso sua evolução econômica, ao passo que outras pessoas com maior poder aquisitivo exerciam um comércio de grande retorno econômico ao alugar linhas de telefonia fixa, e auferir

renda sobre as famílias que não possuíam condições pagar pela aquisição dessa linha.

Atualmente possuir uma linha telefônica é simples e barato, ao passo que somente os cidadãos extremamente pobres não possuem um aparelho celular, que agora passa a ter inúmeras funcionalidades com o advento dos smartphones, sendo o acesso à internet a principal delas. Sem dúvida o avanço tecnológico fomentou a inserção da maioria da população brasileira aos meios de comunicação direta, o que praticamente eliminou os telefones públicos em todo o território nacional.

O exemplo da telefonia ilustra bem a evolução econômica do País, e a disseminação de produtos direcionados a todas as parcelas da sociedade, fatos semelhantes aconteceram com os computadores, automóveis, eletroeletrônicos, entre outros.

Com isso, novos hábitos de consumo foram criados entre os brasileiros de baixa renda. A partir daí torna-se obsessão das empresas compreender, cada vez mais os anseios e os nichos de mercado a serem explorados aos consumidores de baixo poder aquisitivo.

Schiffman e Kanuk (2000) afirmam que, para a maioria dos estudiosos do comportamento do consumidor, o entendimento dos motivos humanos é importante para as empresas, porque permite que elas compreendam e possam prever o comportamento humano no mercado.

De acordo com Kotler (1998, p 163), quatro grupos básicos de fatores influenciam o comportamento do consumidor:

- ♦ **Fatores culturais:** cultura e classe social;
- ♦ **Fatores sociais:** família, grupos de referências, papéis e posições sociais;
- ♦ **Fatores pessoais:** idade, ocupação, condições econômicas, estilo de vida, e personalidade;
- ♦ **Fatores psicológicos:** percepção, atitude, motivação, aprendizagem.

Já Bourdieu (1979) observa que o consumo representa uma forma de distinção social, seja pela busca de um indivíduo isoladamente, ou, de um grupo de indivíduos que buscam exibir ostentação por meio da maior capacidade de consumo.

2.1.2 Confiança do consumidor no momento das compras

O cenário econômico de um país transmite inúmeras informações que repercutem no hábito de consumo de sua população, nesse sentido a variável confiança do consumidor expressa o sentimento daqueles que adquirem produtos e serviços, quando questionados sobre suas expectativas de poupança, endividamento e a propensão a realizar compras e contratar serviços.

Os vários estudiosos da temática do comportamento do consumidor de baixa renda identificam duas correntes de entendimento, a respeito dos novos horizontes trazidos pela inserção das camadas sociais integrantes da base populacional: a primeira denota a corrente inclusiva, na qual Prahalad (2010) defende a inclusão massiva da parcela da população com menor poder aquisitivo dentro da sociedade de consumo, em face de enorme riqueza distribuída por uma grande parcela da população, já a outra corrente destacada pelo pensamento de Karnani (2007) expressa à vulnerabilidade, e, com isso despreparo dessa parcela população em torna-se refém de um consumismo inquieto, e tornar-se demasiadamente endividada trazendo males a economia de uma nação.

É necessário destacar, que no Brasil não existem políticas voltadas a educação financeira da massa populacional, e, conseqüentemente o despreparo para as armadilhas impostas pelo crédito fácil, e, que em muitas circunstâncias é caríssimo a exemplo das taxas do cheque especial, juros do cartão de crédito e crédito direto ao consumidor (CDC), bem como as facilidades da contratação de empréstimos consignados, que por vezes deduzem dos rendimentos daqueles membros mais velhos do núcleo familiar.

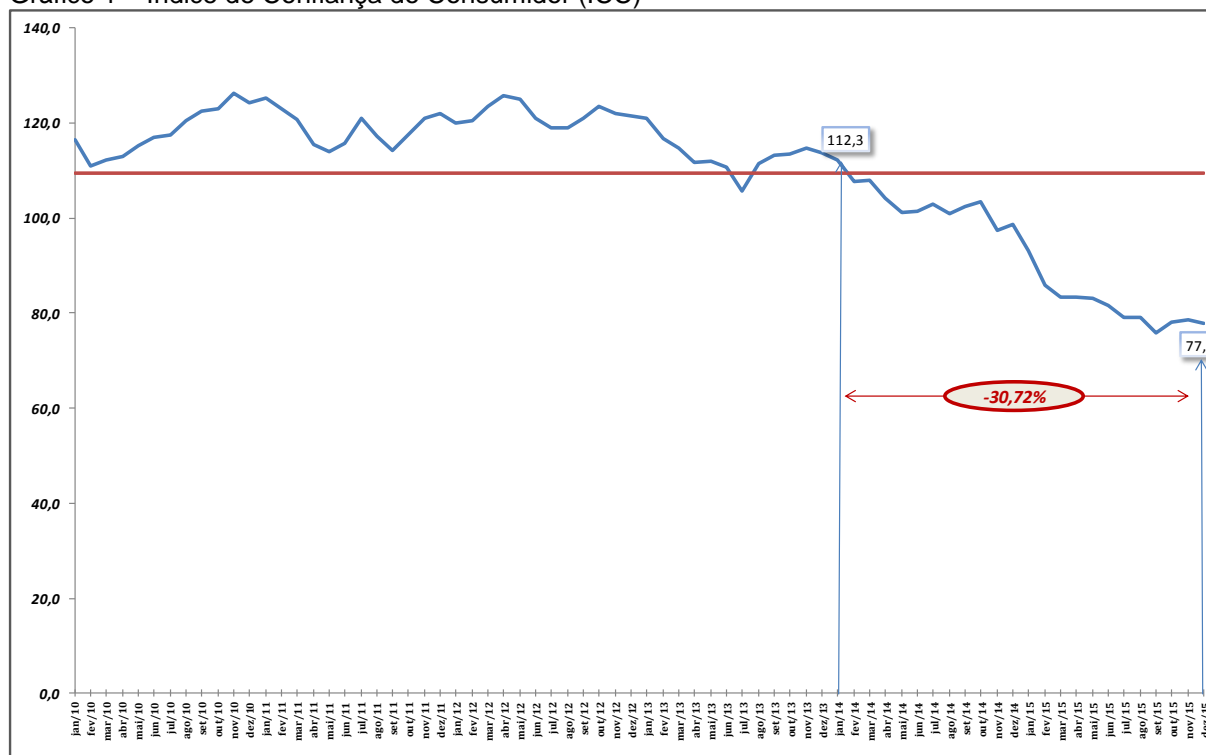
Percebe-se, desta forma, as nuances vinculadas aos hábitos do consumo, muitas vezes associadas à aquisição por impulso e no desejo de autoafirmação perante a sociedade. Essas variáveis refletem-se na forma de confiança de consumo, onde o consumidor detentor de crédito seja através do capital próprio na forma de reservas ou derivado do seu rendimento mensal, ou na forma de crédito concedido por terceiros, como cartão de crédito e empréstimos.

A avaliação dessa confiança é realizada no país pela Fundação Getúlio Vargas, por meio do Instituto Brasileiro de Economia órgão vinculado a essa instituição, através do Índice de Confiança do Consumidor (ICC), que mensura mensalmente a sensação do consumidor sobre as finanças pessoais e o reflexo

econômico do país sobre sua decisão de compra. Já avaliação deste indicador pelos agentes do mercado permite traçar panoramas de médio e curto prazo sobre a propensão das pessoas em adquirir produtos e serviços mostrando-se uma excelente ferramenta ao comércio e indústria, com o intuito de avaliar estoques e cenários futuros de venda. Esse indicador no período de estudo, entre os anos de 2010 e 2015 apresenta um cenário de razoável estabilidade no período que vai de janeiro de 2010 a dezembro de 2013, entretanto a partir de janeiro de 2014 a pesquisa evidenciou os reflexos da desaceleração da economia, as quais começam a, de fato, interferir sobre o dia a dia das famílias.

A partir de então o índice de confiança do consumidor atravessa o intervalo entre 2014 até o final de 2015 em queda acentuada. O índice que expressava 112,3 pontos em janeiro de 2014 finaliza o ano de 2015 com 77,8 pontos, resultando em decréscimo de 30,72%.

Gráfico 1 – Índice de Confiança do Consumidor (ICC)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBRE/FGV 2015

O resultado expresso no gráfico evidencia os primeiros estágios da decrescente econômica, que se torna aguda a parti do ano de 2015. A fragilidade social e as incertezas futuras recaem sobre o trabalhador assalariado com o sentimento de frustração. Tal sentimento repercute sobre a diminuição no desejo de

comprar produtos e serviços, sendo o primeiro estágio a substituição de marcas prediletas nos casos dos itens de primeira necessidade e desistência de novas aquisições para os itens considerados supérfluos.

2.2 A População de baixa renda

De acordo com Gade (1980, p. 118) “as sociedades são estratificadas, o que resulta nas classes sociais. Estas, por sua vez, determinam os papéis e posições dos indivíduos. Como consequência, existem comportamentos diferenciados, inclusive em relação ao consumo”. Ainda, o comportamento de consumo varia em função das classes sociais, desde a rotina diária, a alimentação, o vestuário, o mobiliário, até o lazer. Isto se reflete em preferências por produtos e marcas, escolha de lojas e uso de crédito e poupança.

Para o Governo Federal é considerado cidadão pertencente a classe de baixa renda, todos os membros da família onde a renda total é menor ou igual a 3 salários mínimos. Essa definição é obtida através dos requisitos sociais estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Tal requisito de renda é necessário para que as famílias enquadradas nesse perfil tenham acesso aos vários programas sociais de acolhimento e mitigação da pobreza extrema, seja por meio de ajuda de custo como é o caso do Programa Bolsa Família, seja por meio da Tarifa Social de Energia Elétrica que oferece descontos na conta de energia, além do Pronatec e Brasil Carinhoso, dentre outros.

Basicamente os vários municípios brasileiros têm no repasse de recursos sociais as famílias de baixa renda a propulsão para movimentação da economia, o que trouxe o fortalecimento dos pequenos comércios nas cidades com baixa densidade populacional, tal situação mitigou o êxodo para as grandes capitais, eliminando a problemática da permanência da população em seu município de origem.

O cenário de seca vivido no semiárido nordestino desde 2011 ilustra bem, como as transferências de renda permitem a população de baixa renda enfrentar tal cenário, sem o desespero de décadas atrás, onde as famílias praticamente largavam tudo em seus municípios e buscavam refúgio nos grandes centros urbanos, em fuga contra a sede e fome. Essa fortificação econômica das famílias de baixa renda, por

meio de ações inclusivas melhorou o cenário social brasileiro elevando a erradicação da fome extrema. Essa base permitiu que vários índices educacionais melhorassem, o analfabetismo fosse mitigado, assim como a diminuição da mortalidade infantil.

Para Parente e Barki (2006) as empresas atuando no mercado de baixa renda adotam diversas estratégias a depender da ênfase atribuída a preços, benefícios agregados ou proximidade física ao consumidor. Segundo os autores, o sucesso da estratégia irá refletir o acerto da empresa em identificar a equação que gera a percepção de valor nesse tipo de mercado.

Já Parente e Silva (2007) alertam nos estudos sobre o consumo, as observações às restrições orçamentárias dessa parcela da população, a qual tem renda diminuta.

A variável endividamento é sem dúvida a que oferece o maior risco quando da deterioração do poder de compra de qualquer família, em especial na família de baixa renda já que a restrição ao crédito é mais sensível a essa parcela da população. Nesse contexto o empreendedor, o qual direciona seu esforço produtivo deve está atento as mudanças nas políticas destinadas a população mais humilde. Antecipar cenários e construir alternativas podem fazer a diferença, quando este empreendedor percebe que o negócio corre risco de decréscimo no faturamento ou em caso mais extremo na mortalidade do negócio.

Em cenários de crise, como vivemos nos dias atuais estão fadados ao sucesso e a conseqüente permanência no mercado os empreendedores que geraram reservas, adquiriram baixos estoques e anteciparam o cenário diminutivo da economia e adequaram os custos fixos a realidade.

2.2.1 Regresso das classes C, D e E

De acordo com Warner (apud Coleman, 1983), classe social pode ser compreendida como grupo de pessoas vistas como semelhantes pela comunidade na qual está inserida. As pessoas de um mesmo grupo interagem regularmente entre si, de modo formal e informal, e tendem continuamente a partilhar expectativas comportamentais.

No Brasil as classes sociais estão divididas em cinco grupos, conforme classificação imposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. A

variável aplicada na determinação dos grupos é o salário mínimo vigente, em referência a renda bruta auferida pelo grupo familiar. Abaixo temos o quadro determinante as classes econômicas das famílias brasileiras em 2015, onde o salário mínimo (S.M.) correspondia ao valor de R\$ 788,00.

Tabela 1 - Estratificação da renda

Classe Econômica	Renda Bruta Familiar	Limite Inferior		Limite Superior
A	Acima de 20 S.M.	R\$ 15.761,00	a	***
B	Acima de 10 até 20 S.M.	R\$ 7.881,00	a	R\$ 15.760,00
C	Acima de 04 até 10 S.M.	R\$ 3.153,00	a	R\$ 7.880,00
D	Acima de 02 até 04 S.M.	R\$ 1.577,00	a	R\$ 3.152,00
E	Até 02 S.M.	R\$ 1,00	a	R\$ 1.576,00

Fonte: Elaboração própria com base conforme critério do IBGE 2015

No modelo capitalista observamos a busca pela melhoria das condições socioeconômicas pelo indivíduo como imperativo, nesse sentido observamos que o modelo aplicado no capitalismo brasileiro é extremamente desigual, sendo boa parte da riqueza produzida no país sendo absorvida pela menor parcela da população pertencente às classes A e B.

O crescimento econômico da primeira década do século XXI propiciou a retirada da extrema pobreza de muitas famílias, sejam pelo aumento da oferta de emprego, seja pelo reforço das políticas assistencialistas, tais como programa bolsa família que erradicou a fome no Brasil em meados da primeira década do século XXI. Notadamente a políticas econômicas desenvolvimentistas do governo federal nesse período propiciaram um aumento do investimento externo no país, portanto, todos os agentes econômicos foram beneficiados com o crescimento vigoroso do Produto Interno Bruto, nessa primeira década, ao passo que famílias brasileiras com menor poder aquisitivo experimentaram um modelo de consumo, as quais não estavam habituadas, o que por consequência elevou os padrões quantitativos e qualitativos de consumo de itens primários como alimentação e higiene básica, bem

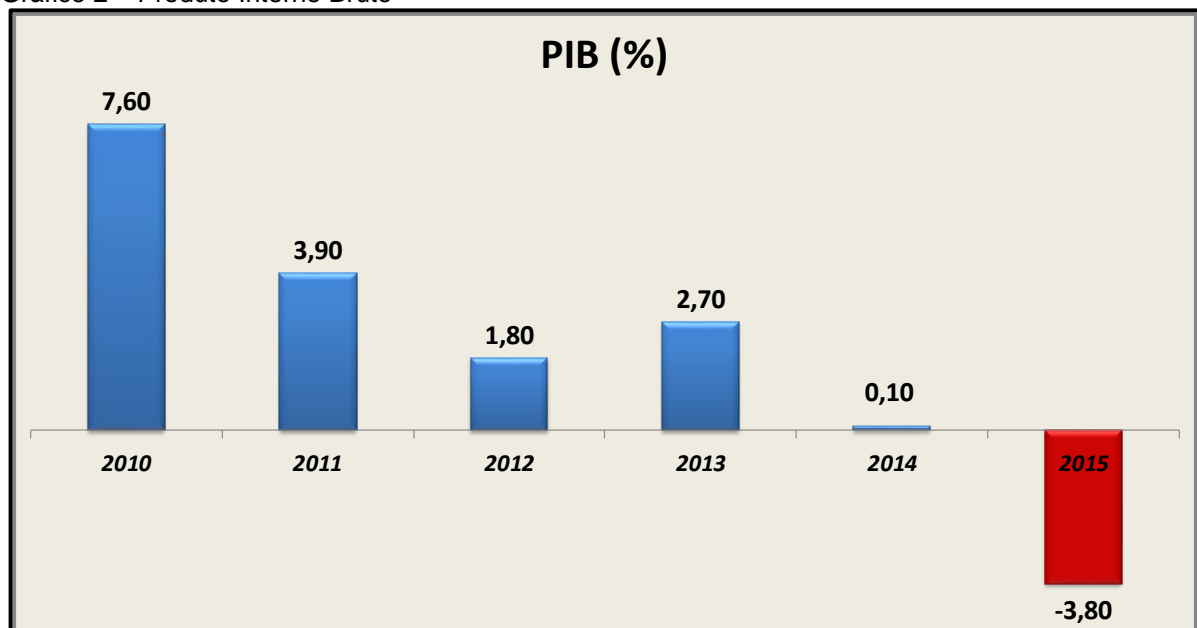
como os itens secundários tratados como supérfluos entre as famílias com menor poder aquisitivo, nesse sentido destacamos os aumentos na aquisição de veículos, a massificação do ramo de beleza, a expansão da telefonia móvel são exemplos.

2.2.1 A diminuição da riqueza e elevação do desemprego

Entretanto, a deterioração na oferta de emprego a partir do ano de 2013, associado ao início da acentuação da crise econômica brasileira, levou várias famílias a reduzirem o padrão de consumo. Tal fato é percebido pelo ritmo de produção industrial de bens duráveis a partir de 2015, o qual teve queda expressiva.

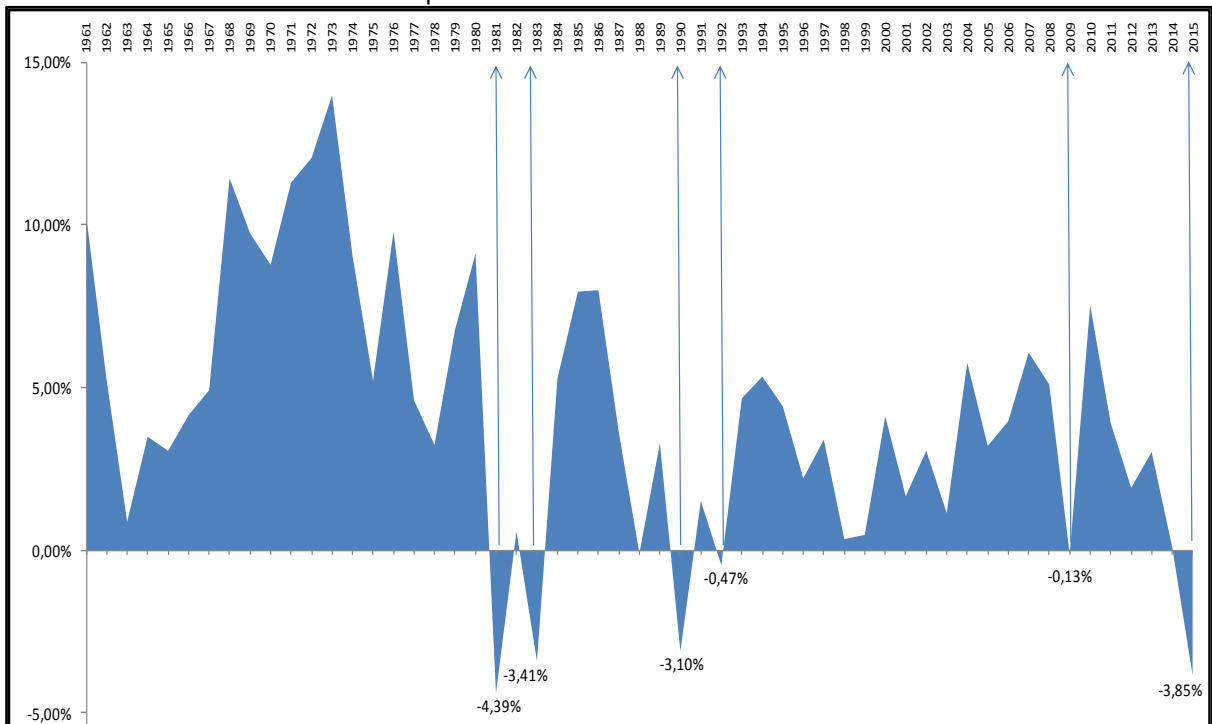
Não por acaso a soma das riquezas geradas por todos agentes econômicos, sejam as empresas, as famílias e o governo começam a deteriorar-se a partir de 2011, com o ápice atingido em 2015, com regressão na ordem de 3,8% do produto interno bruto, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto



Fonte: IBGE 2016

Gráfico 3 – Produto Interno Bruto a partir da década de 1960



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Mundial 2016

A dramaticidade deste quadro de redução em 2015 reflete todos os efeitos colaterais na população brasileira, em especial a população de baixa renda. Essa população proporcionalmente está mais concentrada na Região Norte e Nordeste com isso percebe-se a deterioração nos níveis de empregabilidade a partir do quarto trimestre de 2014, onde a taxa de desocupação, que compõe a pesquisa mensal de emprego do IBGE permite evidenciar, que todos os grandes centros tiveram elevação nesse índice, porém, os destaques negativos são percebidos nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador. O ritmo de desaceleração das economias desses dois grandes centros expõe que os empregos ocupados pelas camadas mais carentes da sociedade foram perdidos, principalmente nos locais com maior concentração de trabalhadores com baixa especialização. A tabela abaixo demonstra a elevação da taxa de desocupação, com destaque ao polo da região metropolitana do Recife, a qual praticamente dobrou saindo de 5,5 pontos ao final de 2014 para 10 pontos ao término de 2015. Sem dúvida uma elevação extrema no intervalo de apenas um ano.

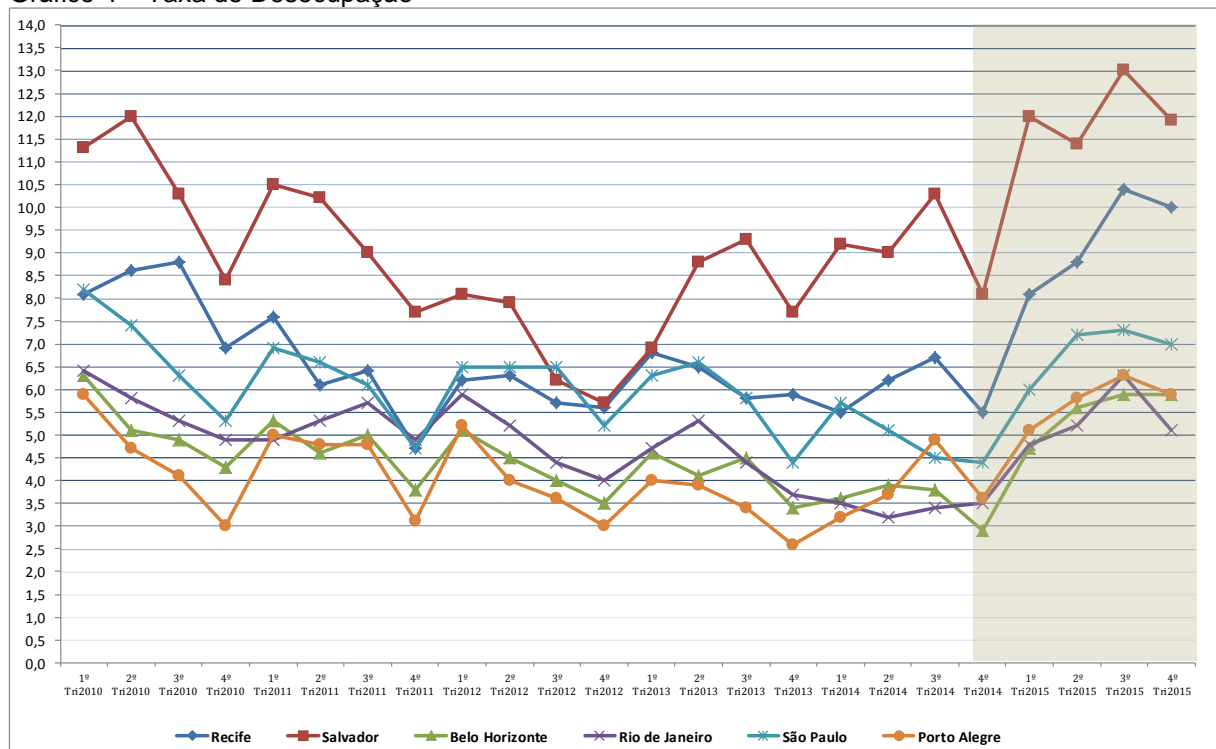
Tabela 2 – Taxa de Desocupação

Período	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
4º Tri2014	5,5	8,1	2,9	3,5	4,4	3,6
1º Tri2015	8,1	12,0	4,7	4,8	6,0	5,1
2º Tri2015	8,8	11,4	5,6	5,2	7,2	5,8
3º Tri2015	10,4	13,0	5,9	6,3	7,3	6,3
4º Tri2015	10,0	11,9	5,9	5,1	7,0	5,9

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE 2016

Não distante todos os demais centros urbanos, alvos da avaliação do IBGE apresentaram o cenário de acréscimo na taxa de desocupação ao final de 2014. O gráfico a seguir ilustra o movimento da taxa de desocupação a parti do primeiro trimestre de 2010, o qual sentia os reflexos da crise econômica mundial deflagrada em 2008.

Gráfico 4 – Taxa de Desocupação



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE 2016

2.3 Inflação entre os anos de 2010 e 2015

A inflação é um fenômeno econômico bastante conhecido pela sociedade brasileira, em especial pelas famílias com menor poder aquisitivo. Em síntese pode-se afirmar que a majoração dos preços das mercadorias e serviços está em descompasso com os ganhos das famílias, trazendo com isso perturbações no comportamento de consumo da população.

Segundo Vasconcellos (2014 v.4, p338) “a inflação pode ser conceituada como um aumento contínuo e generalizado no nível geral de preços. Ou seja, os movimentos inflacionários são dinâmicos e não podem ser confundidos com altas esporádicas de preços. Devem também ser generalizados, porque a maioria deve ser sincronizada numa escala altista”.

Em verdade uma inflação acima dos níveis ideais causa dano social, àqueles que dependem do rendimento fixo, e, que tão somente recebem as correções monetárias sazonalmente, como é o caso dos trabalhadores assalariados.

São reflexos inerentes: a elevações em todos os bens produzidos pela economia e não meramente o aumento de um determinado preço. Outro aspecto fundamental refere-se ao fato de que o fenômeno inflacionário exige a elevação contínua dos preços durante um período de tempo, e não meramente uma elevação esporádica dos preços.

O ciclo de altos índices de inflação, no Brasil, foi superado pelo plano econômico impetrado no governo do Presidente Itamar Franco.

Segundo (PESSOA 2014, pág. 78), “O principal legado do Plano Real é estabilização macroeconômica, com a redução da inflação. Eu tenho uma visão menos ambiciosa do plano. A missão do plano era controlar a inflação e isso foi feito”.

Segundo (BARROS 2014, pág. 53) “A coisa mais importante do Plano Real é que permitiu que uma sociedade deixasse de ser de segunda classe em termos econômicos, que não tinha futuro porque não sabia qual seria a renda para frente”.

Economistas de renome mundial entendem que medidas fiscais e monetárias, isoladamente, não são suficientes para um eficaz combate ao processo inflacionário. Em países emergentes, com baixos níveis de renda e de poupança individuais, além da escassez de crédito, torna-se difícil, senão impossível, obter as

taxas adequadas a um desenvolvimento autossustentado, de modo a prescindir da captação de crescentes volumes de investimentos externos.

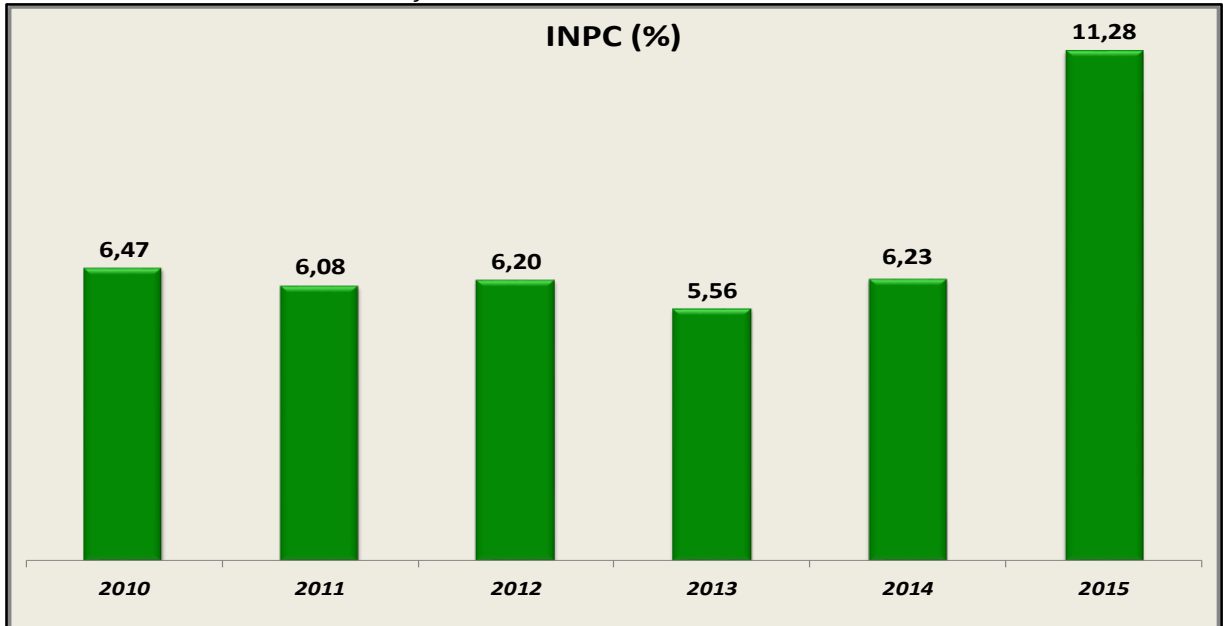
Nos gráficos a seguir perceberemos a evolução dos dois principais indicadores de inflação utilizados no Brasil, ambos são mensurados pelo IBGE e divulgados mensalmente. De início apresenta-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Este indicador é utilizado na reposição salarial nos acordos coletivos da maioria das categorias de trabalhadores. Basicamente as variáveis envolvidas na avaliação levam em conta os preços praticados nos estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços e concessionárias de serviços públicos das regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Goiânia, Curitiba e Porto Alegre. Os componentes avaliados são calculados com base em pesos em relação ao gasto familiar:

- *Alimentação e Bebidas (28,27%)*
- *Transporte (17,30%)*
- *Habitação (16,87%)*
- *Saúde e Cuidados Pessoais (9,67%)*
- *Vestuário (8,15%)*
- *Despesas Pessoais (6,90%)*
- *Artigos para o Lar (5,64%)*
- *Educação (4,42%)*
- *Comunicação (2,78%)*

O universo avaliado pelo INPC considera a família que possui rendimentos entre 01 e 05 salários mínimos, o que se traduz no indicador de inflação mais voltados às famílias baixa renda, justamente pelo escopo da análise restrita a população de baixa renda.

Os resultados do INPC, no período avaliado demonstraram relativa estabilidade, porém bastante distante do centro da meta estabelecido pelo Banco Central do Brasil de 4,5% ao ano. Em 2015, o cenário de desestabilização política influenciou sobre o mercado brasileiro afetando o câmbio e reduzindo o produto interno bruto. Esse cenário culminou na elevação da taxa inflacionária para mais de dois dígitos ao término de 2015.

Gráfico 5 – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

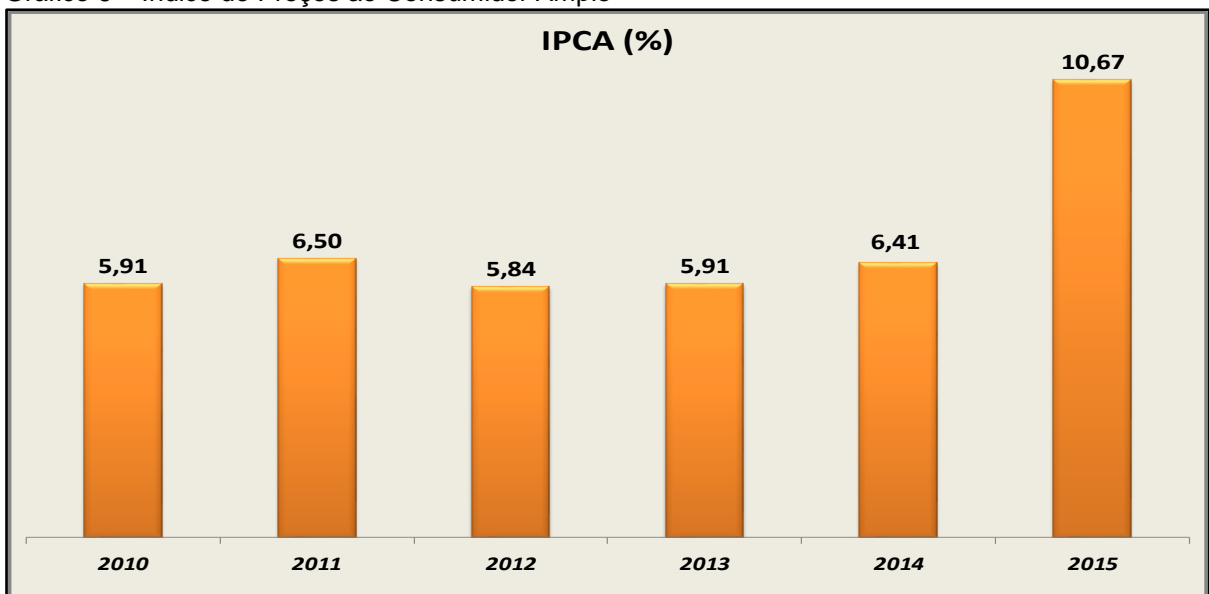


Fonte: IBGE 2016

Já o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), utiliza as mesmas métricas utilizadas na apuração do INPC, com exceção com a extensão do universo populacional, a qual englobam as famílias com rendimento entre 01e 40 salários mínimos, o que se traduz na avaliação de praticamente todas as classes sociais.

O IPCA é utilizado como principal indicador pelo Banco Central (BC) para avaliação das metas de inflação estipuladas pelo governo, justamente por englobar praticamente toda a população brasileira.

Gráfico 6 – Índice de Preços ao Consumidor Amplo



Fonte: IBGE 2016

A inflação manteve-se acima da meta de 4,5% estipulada pelo Governo Federal no intervalo entre 2010 e 2014, mas dentro do limite de 2 p.p. (6,5%), exceto pelo ano de 2015 que deflagrou a uma evolução dramática atingindo dois dígitos tanto para o INPC (11,28%), como para o IPCA (10,67%). Nesse cerne existe o consenso entre os analistas econômicos, que uma economia nacional deve ser pautada por índices controlados nos reajustes de preços, ao passo que o desequilíbrio entre o crescimento da economia com alta inflação gera um efeito extremamente negativo aos mais cidadãos mais pobres, fato comprovado pelo resultado do INPC em 2015 superior ao IPCA, sobretudo quando as altas taxas de inflação são aplicadas sobre alimentos, energia, água e transportes. Para tanto é dever de todo governo atuar na mitigação dos efeitos inflacionários sobre todos os cidadãos, com ênfase naqueles que possuem menor capacidade de defesa: os mais pobres.

2.4 Nível de endividamento das famílias de baixa renda

A oferta de crédito destinada as famílias a partir de 2010 começou a oferecer um declínio, notadamente em razão do avanço da inflação e a conjuntura internacional desfavorável, fruto da crise hipotecária americana e seus derivativos tóxicos.

O aumento da taxa básica dos juros, iniciada em 2009, motivou vários agentes do mercado financeiro, em especial os bancos a elevar os juros sobre os variados tipos de empréstimos, em especial a taxa de juros do cheque especial. O que outrora significava um crédito acessível as famílias de classe média e baixa, começa a partir do ano de 2010 ter conotação restritiva, não por acaso outro fator para diminuição da oferta do crédito é a alta da taxa de inadimplência. O gráfico abaixo demonstra a evolução no número de registros nos órgãos de proteção ao crédito:

Uma situação que pode ser observada no Brasil, no cenário econômico nacional é o aumento significativo de participação dos jovens na economia; isso se deve ao aumento do poder de compra após a conclusão da educação formal até o ensino superior. No entanto, este fator pode provocar como efeito colateral o aumento do endividamento financeiro (FERNANDES e CANDIDO, 2014).

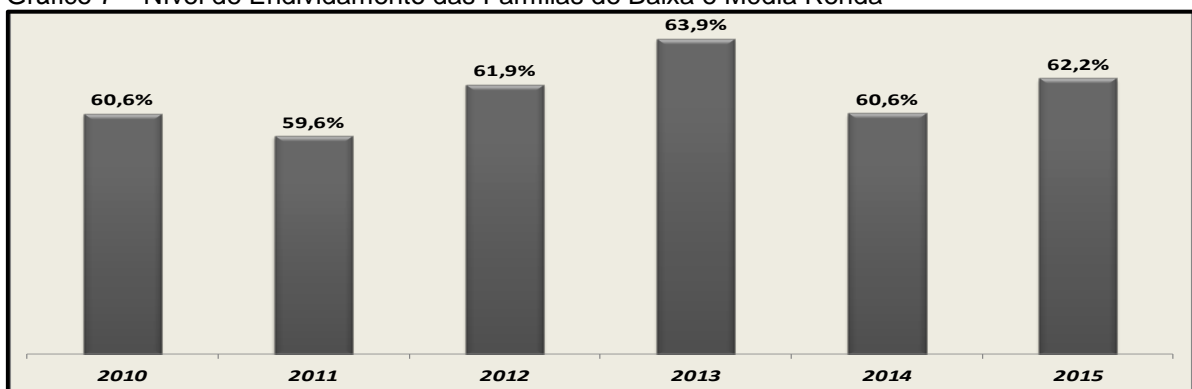
O SPC Brasil é o sistema de informações das Câmaras dos Dirigentes Lojistas (CDL) e constitui-se como o maior banco de dados da América Latina em informações creditícias sobre pessoas físicas e pessoas jurídicas, auxiliando na tomada de decisões para concessão de crédito pelas empresas em todo país. De acordo com Ferreira (2006), o endividamento tem origem no verbo endividar e significa contrair dívidas. Desse modo, pode ser conceituado como a utilização de recursos de terceiros a fim de satisfazer as necessidades de consumo, isto é, a família excede sua renda orçamentária e recorre à utilização de recursos de terceiros. No entendimento de Mosca (2009), as causas do endividamento podem ser divididas em dois grupos de fatores: os microeconômicos, que estão ligados ao comportamento individual de cada família; e os macroeconômicos, que afetam a economia de modo geral e estão fora do controle delas.

Segundo Kerr (2011), no Brasil, os instrumentos de crédito que as pessoas físicas mais utilizam são: cheque especial, crédito pessoal, cartão de crédito, crédito consignado e crédito direto do consumidor (CDC).

Desde 2003 acontece o aumento do crédito às pessoas físicas, o que pode estar relacionado com a dinamização do consumo das famílias, que aumentaram seu poder de compra no período. A economia brasileira cresceu nos últimos anos estimulada por fatores como forte demanda de consumo, ascensão da classe C e inclusão bancária, viabilizados pelo acesso facilitado ao crédito.

No entanto, muitos desses brasileiros entendem, equivocadamente, que o crédito é uma espécie de aumento de renda, entretanto, crédito é apenas uma antecipação de sua renda. Assim, no Brasil, o maior acesso ao crédito vem contribuindo para que os cidadãos contraiam dívidas em volumes cada vez maiores para sustentar o seu consumo (SOUZA, 2013).

Gráfico 7 – Nível de Endividamento das Famílias de Baixa e Média Renda

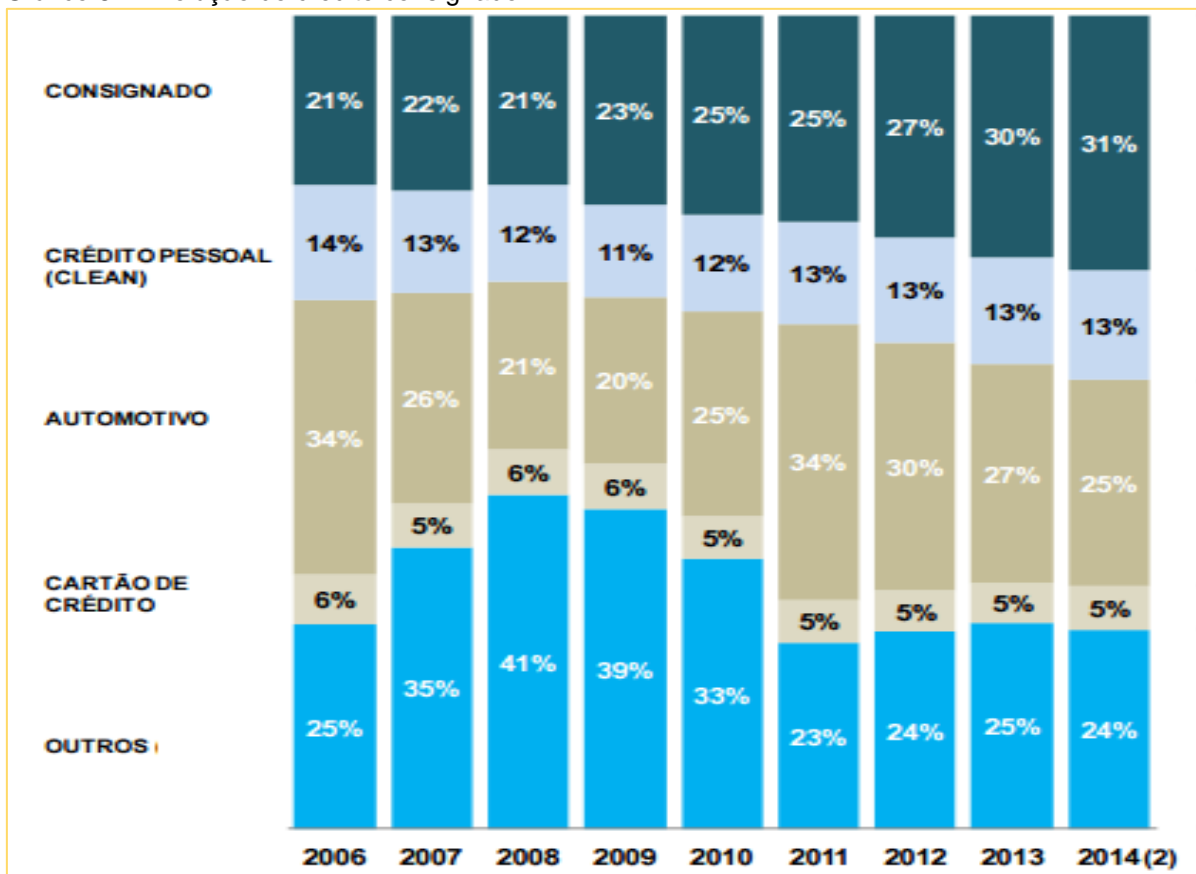


Fonte: CNC 2016

A propagação do crédito barato, destinado às famílias de baixa renda tornou-se um catalisador na melhoria nas condições desse grupo da população em adquirir itens, que outrora estavam longe do alcance de aquisição. Tal ação propiciou a uma parcela da sociedade com menor instrução a adoção de hábitos de consumo desequilibrados, sem os devidos cuidados para uso consciente do crédito, e formação de poupança para amenizar as incertezas futuras da economia. Essa situação pode ser explicada através da oferta do crédito consignado aos beneficiários da seguridade social.

No próximo gráfico são apresentados os dados evolutivos das modalidades de crédito oferecidos as pessoas físicas. Percebe-se nitidamente a evolução dos empréstimos consignados, culminando no percentual de 31% em 2014.

Gráfico 8 – Evolução do crédito consignado



Fonte: BACEN 2015

Vale ressaltar que o empréstimo consignado possui desconto direto sobre o benefício mensal do cidadão, que em sua grande maioria pertence ao grupo dos

idosos. Esse crédito de baixíssimo risco ao credor, já que a liquidez é garantida se torna paradoxalmente de alto risco para o tomador, já que boa parte dos que contraem essa modalidade de crédito o fazem para auxiliar familiares, sendo pressionados emocionalmente, quando não coagidos, e, sem sobra de dúvidas os idosos pertencentes ao grupo de famílias de baixa renda são os mais sensíveis e vulneráveis a tal problemática.

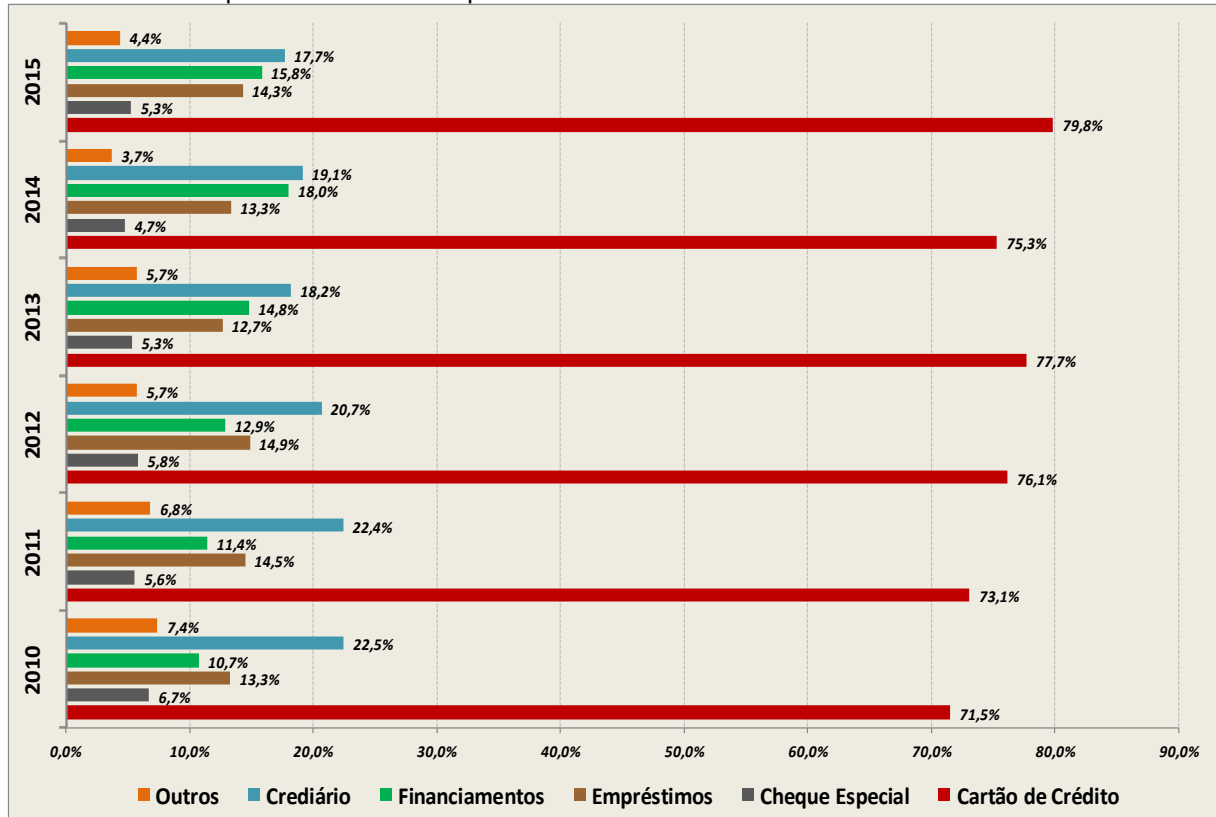
Para tal situação a adoção de instrumentos sociais, com amparo e suporte as famílias com menor esclarecimento mitigaria a aquisição exacerbada do crédito consignado na população com menor renda, ao passo que a concessão do empréstimo pela agência financeira somente seria autorizada após avaliação e aprovação em parecer técnico de profissional especializado, como os Assistentes Sociais, que mapeariam o risco inerente para o grupo familiar ao comprometer a renda do membro aposentado pertencente àquele núcleo de pessoas.

Outra ferramenta de crédito, a qual tornou-se bastante disseminada em toda a população, em todas as camadas sociais foi o cartão de crédito. Não é difícil de encontrar em lojas de departamento, hipermercados e comércio de rua, agentes oferecendo o cartão de crédito, muitas vezes sem consulta aos sistemas de proteção ao crédito para todas as pessoas. A evolução do comércio digital, também se tornou requisito básico para a realização de operações comerciais com o cartão de crédito, sendo este o principal meio para a realização dos pagamentos no e-commerce.

O estudo do banco Itaú mostrou que em 2010 50% de todos os cartões de crédito no país estavam concentrados na população pertencentes as classes C, D e E. Essa participação aumentou ao final de 2014 subindo para 60%, enquanto a classe A respondia por 10% em 2010 caiu para 3% ao final de 2014, e, por final a classe B respondendo pelos 37%.

Tal cenário explica a estrutura de endividamento, em estudo realizado pela Confederação do Comércio, que demonstra o cartão de crédito como item de maior inadimplência entre os consumidores:

Gráfico 9 – Inadimplência das famílias por modalidade de crédito



Fonte: CNC 2016

A facilidade de contratação, aliada à possibilidade de pagamento inferior a fatura total e o prazo de no mínimo 30 dias para saldar o débito propiciou a rápida disseminação dessa modalidade de crédito, entretanto, os altos juros quando do inadimplemento responde pela face negativa aos usuários dessa modalidade.

2.5 Salário mínimo necessário

Constitui o salário mínimo ideal, o valor obtido pelo cidadão brasileiro, que no âmbito da sua jornada mensal de trabalho recebe o respectivo valor, como retorno ao seu esforço produtivo de modo, que a respectiva quantia possibilite custear, de forma equilibrada, todas as necessidades primárias tais como alimentação, higiene, transporte e lazer, tanto para si, como para sua família.

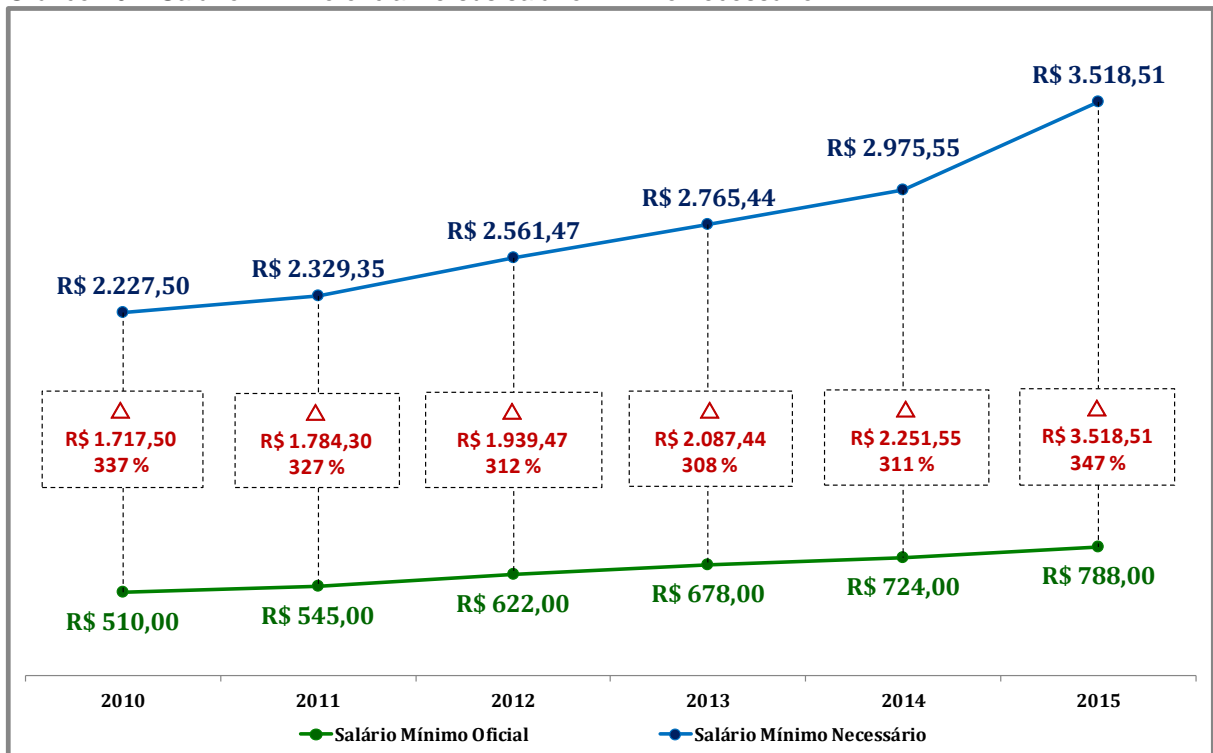
A elaboração do salário mínimo ideal é feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos DIEESE, a qual tem periodicidade mensal.

O estudo elaborado por este órgão utiliza como principais métricas o cálculo da cesta básica média no âmbito nacional consumido pelo núcleo familiar composto

por dois adultos e duas crianças, ao passo que as famílias de baixa renda consomem cerca de 35,71% da renda bruta com alimentação, sendo a parcela residual destinada a itens como habitação, higiene, transporte, vestuário, previdência social e lazer.

Os resultados no gráfico a seguir refletem a confrontação entre o salário mínimo oficial e o salário mínimo ideal calculado pelo DIEESE, dentro do período alvo do estudo.

Gráfico 10 – Salário mínimo oficial versus salário mínimo necessário



Fonte: Elaboração própria com base em dados do DIEESE 2016

Ao avaliarmos os dados presentes no gráfico, percebemos um paradoxo no comparativo ano a ano, entre o salário mínimo oficial e o salário mínimo necessário.

Embora a variação (Δ) em termos percentuais possa ter caído em alguns anos, ela sempre foi crescente em termos absolutos. O que para o ano de 2010 é uma variação na ordem de 337% correspondendo a R\$ 1.717,50, chegou em 2015 a 347% com R\$ 2.730,51 em termos absolutos. Esse comparativo demonstra a perda do poder aquisitivo do salário mínimo oficial frente a qualidade de vida e o que ele deveria propiciar ao trabalhador brasileiro. São fatos que os reflexos desse cenário depreciativo da renda afetam diretamente as famílias menos favorecidas,

contribuindo para o empobrecimento das mesmas, repercutindo diretamente no bem estar dos indivíduos.

Mesmo com o aumento do ganho real do salário mínimo em relação a inflação oficial apurada percebemos um grande distanciamento, deste, para com o salário mínimo ideal, o qual atenderia as demandas da população de forma moderada.

A situação expressa no gráfico reflete o grande contraste social no Brasil, ao passo, que em países desenvolvidos a massa de trabalhadores não possui grandes disparidades em termos de rendimentos obtidos pelo trabalho, o que os torna uma sociedade de consumo equilibrada e mais igualitária, com baixa inflação, com níveis satisfatórios de poupança, além dos aspectos educacionais de qualidade, e, rede de saúde complementar privada, mas acessível às condições econômicas da população.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a avaliação dos resultados percebemos que o cenário vivido nos dias atuais é fruto de um cenário desgastados ao longo dos últimos cinco anos, fato corroborado com a perda de qualidade de vida nos principais centros metropolitanos, com o aumento da violência, a precarização do sistema de saúde, a estagnação dos baixos índices educacionais da rede pública. Em meio a todas essas situações as famílias de baixa renda são as mais sensíveis as transformações que o país vive nos últimos anos.

Lamentavelmente as pessoas menos favorecidas retornam a uma condição de incerteza, passada a primeira década desse novo milênio com boa evolução nas melhorias das condições de vida, com aumento de renda e baixos níveis de desemprego, encontram-se nesse momento em situação de desesperança, ao passo que o desemprego “aleija” os provedores do núcleo familiar, os quais experimentaram hábitos de consumo nunca antes vistos no Brasil do século XX, fomentados pela crédito acessível, o que impulsionou a aquisição de bens duráveis tais como carros, motocicletas, eletrodomésticos.

Essa deterioração econômica dos últimos anos culminou em uma crise institucional vivida em nosso país, fadada pela descontinuidade do governo anterior

do partido dos trabalhadores – PT e substituído pelo outrora aliado partido do movimento democrático brasileiro – PMDB.

Nesse escarnio e desordem da política nacional, com a maior crise ética vivenciada pela sociedade brasileira percebe-se claramente o sofrimento da população como um todo, seja aquele grande empresário que vê em seu parque fabril a parada de máquinas por falta de pedidos, seja pelo comerciante e prestador de serviços, que vivencia a redução das vendas e o aumento dos custos fixos, seja o cidadão de classe média que se esforça para manter os níveis de vida e conforto a família com a substituição de marcas prediletas, mas antes de todos eles sofre impiedosamente a população de baixa renda, àquela que possui menos ferramentas para atravessar esse suplício econômico nos dias atuais, esta é desprovida de poupança, tem baixa capacitação e instrução é destituída de moradia própria, além de ser altamente dependente de políticas sociais. São esses os grandes desafios que os anos de 2010 e 2015 alicerçaram sobre a crise atual.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- Brasil em números = Brazil in figures / IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. - Vol. 23 (1992-2015). - Rio de Janeiro : IBGE, 1992-2015, disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn_2015_v23.pdf. Acesso em 16 de julho de 2016. Anual. ISSN 1808-1983.
- BARATTA, Tereza Cristina Barwick. et al. Capacitação para implementação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e Programa Bolsa Família – PBF – Rio de Janeiro: IBAM / Unicarioca; Brasília: MDS, 2008.
- BOURDIEU, P. **La Distinction: critique sociale du jugement**. Les Éditions de Minuit, 1979.
- PARENTE, Juraci; BARKI, Edgard. **Oportunidades na baixa renda**. GV executivo, 2005.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC), **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor**, 2015, Disponível em: <http://cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do--13>. Acesso em 15 de agosto de 2016.
- COLEMAN, R. **The continuing significance of social class to marketing**. Journal of Consumer Research, (10) December: 265-280, 1983.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE), **Anuário do sistema público de emprego, Trabalho e Renda 2015: mercado de trabalho: livro 1./ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**. São Paulo, 2015, SistPub.html. Acesso em 15 de junho de 2016. Anual. ISSN 2176-5448.

- FROEMMING, Lurdes Marlene Seide. *et al.* **Comportamento do consumidor e do comprador** – Ijuí : Ed. Unijuí, 2009.
- GADE, C. **Psicologia do consumidor**. São Paulo: EPU, 1980.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA (IBRE). **Sondagem do Consumidor**. Disponível em:
<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92E5C726666F>. Acesso em 14 de agosto de 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: IBGE, 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: IBGE, 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: IBGE, 2013.
- KARNANI, A. **Fortune at the Bottom of the Pyramid: A Mirage How the private sector can help alleviate poverty**. California Management Review, 2007.
- KERR, R. B. **Mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- KOTLER, P. **Administração de marketing: análise, planejamento, implantação e controle**. São Paulo: Atlas, 1998 (tradução).
- MOSCA, A. **Finanças comportamentais: gerencie suas emoções e alcance sucesso nos investimentos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- PRAHALAD, C.K. **A riqueza na base da pirâmide: como erradicar a pobreza com o lucro**. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- PARENTE, Juraci; SILVA, Hermes M. R. **O Mercado de Baixa Renda em São Paulo: Um Estudo de Segmentação Baseado no Orçamento Familiar**, XXXI Encontro da Anpad, 2007.
- SERASA EXPERIAN, **Pesquisa Serasa Experian de Expectativa Empresarial**, 2011. Disponível em:
https://www.serasaexperian.com.br/ftp2/pesquisa/pesquisa_35.pdf. Acesso em: 02 de agosto de 2016.
- SHETH, J. N.; MITTAL, B.; NEWMAN, B. I. **Comportamento do cliente: indo além do comportamento do consumidor**. São Paulo: Atlas, 2001.
- SOLOMON, Michael R. **Comportamento do Consumidor** 5ª ed., Porto Alegre: Bookman, 2002.
- SOUZA, M. A. P. de. **O uso do crédito pelo consumidor: percepções multifacetadas de um fenômeno intertemporal**. 118 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pósgraduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- THE WOLD BANK, **GDP growth (annual %)**, 2016, Disponível em:
<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2015&locations=BR&start=1961&view=chart>. Acesso em 15 de junho de 2016.
- VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia: Micro e Macro**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.